

Economia e Direito e Direito e Economia: 30 Anos de Brasil

Em recente lançamento da [SARAIVA](#), a Faculdade de Direito da GETULIO VARGAS, sob coordenação da professora MARIA LÚCIA L. M. PADUA LIMA oferece uma coletânea de artigos que focam as relações entre o Direito e a Economia, com destaque para a crise financeira global dos últimos anos. Os debates no evento de lançamento (21MAR2012) foram por conta do diretor da Direito GV, Dr. VILHENA, do economista NAKANO, e do ex ministro NELSON JOBIM.

Na apresentação, a professora e coordenadora MARIA LÚCIA esclareceu que a crise de 2009 foi a catalisadora para união de um seleto grupo de economistas e juristas para elaborar uma coletânea de ensaios sobre Direito e Economia, com reflexões que estavam em gestação.

Por ocasião dos debates, NELSON JOBIM lembrou que em 30 anos passamos de um Estado de Direito para busca de um Estado de Justiça, exemplificando com diversos casos experimentados em Recursos Extraordinários quando publicamente servia como ministro perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, bem como por sua passagem pelo Legislativo (Deputado Federal) e Executivo (Ministro da Defesa).

Na apresentação de NAKANO os problemas econômicos e jurídicos foram apresentados com uma ampla referência ética e moral em princípios que lhes são comuns.

Um parênteses aqui é aberto neste hipertexto, para ilustrações paralelas e extra evento, lembradas por este Cidadão de leituras diárias nas mídias ou livros econômicos ou jurídicos, desde as aulas de Economia que tive século passado na [Velha e Sempre Nova Academia](#):

A eficácia alocativa é uma questão chave na Economia, como lembra ROSSETTI na 20ª edição do seu clássico didático [Introdução à Economia](#): é o dilema dos arados ou espadas, ou investimentos em defesa (tanques, caças, submarinos, tropas, armamentos) ou em produção de bens (produtos ou serviços) civis. (p. 230 da obra citada e seguintes).

Por informe publicitário ([Folha de S. Paulo](#), 01 DEZ 2011, A-9) o CLUBE SUDFER (Clube de Investimentos dos Ferroviários da Malha Sudeste) alega conflito de interesses do grupo de controle (Vale, CSN, MBR) na gestão da MRS Logística S/A, com lesão aos acionistas minoritários ao longo de quinze anos (caso tramita na Justiça, após CVM ter relatado o caso após investigar).

Das agências internacionais publicada no jornal [O ESTADO DE S. PAULO](#) de 10FEV2012, p. B4 sob título “Bancos aceitam pagar US\$ 26 bi por abuso em hipotecas – Barack Obama anuncia acordo com cinco instituições financeiras americanas que vai beneficiar proprietários de imóveis prejudicados”. O acordo referido, entre a procuradoria geral dos EUA e o Bank of America, Wells Fargo, JP Morgan, Citigroup, e Ally, soma US\$ 26 bilhões e novos acordos com outras instituições podem elevar aquele valor para US\$ 30 bilhões. Nas palavras de OBAMA: “Quero ser claro. Nenhuma compensação, dinheiro ou medida da Justiça é suficiente para corrigir o fato de uma família ter seu pedaço do sonho americano retirado, por engano, de suas mãos”.

Outra ilustrativa abordagem do tema é a carta de demissão de GREG SMITH, publicada em 14MAR2012 no *The New York Times*, alegando que o Goldman Sachs não é mais aquele no qual iniciou sua carreira de 12 anos (“Meus motivos para deixar o Goldman”) após deixar Stanford: “O Goldman Sachs de hoje parece valorizar demasiadamente os atalhos sem dar o devido valor às conquistas. Para mim, tornou-se difícil conviver com isso. Espero que isso possa funcionar como um chamado de despertar aos membros do conselho diretor. Façam do cliente o foco do negócio mais uma vez. Sem os clientes, vocês não ganharão dinheiro. Na verdade, nem mesmo existirão. Afastem os funcionários moralmente corruptos, independentemente da quantia que tragam para a firma. E acertem novamente o aspecto cultural da empresa, fazendo com que as pessoas queiram trabalhar nela pelos motivos certos. As pessoas que se preocupam apenas em ganhar dinheiro não vão sustentar a firma – nem a confiança de seus clientes – por muito mais tempo” (jornal [O ESTADO DE S. PAULO](#) de 15MAR2012, p. B-8).

Também naquele sentido, declarações da médica e economista MARGARET CHAN, diretora geral da [ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE](#), por ocasião da 15ª Conferência Tabaco ou Saúde, v.g. “Algo que aprendi é: frente a qualquer coisa que a indústria diga, caminhe para o outro lado” (jornal [Folha de S. Paulo](#), de 23 MAR 2012, p. C-14, matéria da enviada especial a Cingapura, JOHANNA NUBLAT). Segundo o Atlas do Tabaco, lançado naquele evento, cada morte causada pelo fumo em 2010 equivale a US\$ 6 mil de lucro para as seis maiores empresas do ramo tabagista (a estatal chinesa é a maior delas);

Outro artigo relacionado faz uma pergunta: “(...) até que ponto a lucratividade desejada pelos acionistas pode ser relativizada pelo interesse público?” Tal pergunta está no contexto ético e moral comum que permeia os conflitos econômicos e jurídicos na PETROBRÁS S/A e é de autoria de JOÃO FELIPE FIGUEIRA DE MELLO e ASTRID LIMA ROCHA, colegas no escritório [LEONI SIQUEIRA](#) (artigo referido foi publicado no jornal [O ESTADO DE S. PAULO](#), 05 MAR 2012, N2).

Por editorial econômico do jornal [O ESTADO DE S. PAULO](#) de 25MAR2012, p. B2, que noticia a prática dos(as) “pastinhas” na conquista de clientes para operações de crédito consignado, eventualmente atuando como “advogado(a) sem procuração” ao reclamar pelo(a) cliente ao BACEN sem que o(a) cliente tenha reclamado!

Para concluir estes parênteses, basta lembrar que várias questões abordadas em Ações Populares por este Cidadão envolvem paraconsistências jurídicas e econômicas em nulidades administrativas (tabagismo, alcoolismo, serviços sexuais, etc.). Valores devem ser confrontados do modo não trivial na solução daquelas nulidades (é o que proponho nas diversas ações evidenciando contradições não triviais noticiadas pelas mídias), sob pena de solução parcialmente adequada aos casos coletivos.

De volta ao evento, ao final do mesmo aproveitei a oportunidade e pergunta de outro consultor presente para questionar ao economista NAKANO se os Fundos Soberanos poderiam ajudar na busca de um equilíbrio valorativo por ocasião da atual guerra cambial, obtendo resposta positiva, com destaque para o Fundo Soberano da CHINA.

Juseconomicamente,

Carlos Perin Filho
OAB-SP 109.649